

## Lesbianidades e biopoder: um olhar genealógico

Lívia Gonsalves Toledo<sup>1</sup>

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis

**Resumo:** Situando no interior dos estudos de gênero e sexualidades, esse artigo teórico propõe um olhar genealógico sobre estruturas de poder que articulam lesbofobia, desejo e (in)visibilidade na vivência das lesbianidades. Entendendo os procedimentos de exclusão como construídos com base no viriarcado e na heteronormatividade, vemos que as lesbianidades apenas são aceitas quando são invisibilizadas ou quando se apresentam compatíveis com esse sistema de poder. Opondo a tratar as formas hegemônicas dos códigos morais como verdades inquestionáveis que devessem ser seguidos, um olhar genealógico sobre as lesbianidades permitiria vislumbrar como as pessoas que têm suas vivências na diferença podem engajar-se em contra-poderes que rompem a homogeneização, em reação ao *biopoder*.

**Palavras-chave:** Lésbica. Gênero. Lesbofobia. Invisibilidade. Genealogia.

Esse artigo incorpora uma perspectiva pós-estruturalista na crítica à essencialização e binarização de formas de existência como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, e ao sistema heteronormativo de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (Butler, 2003). Ainda, é adotada uma perspectiva de construção sócio-histórica de sujeito, tendo uma concepção de ser humano como produto e produtor de suas relações sociais, criticando a idéia de fixidez, objetividade e realidade, e, da mesma forma, os sexos, os gêneros, os desejos e as práticas sexuais são vistas de forma construídas e plurais (não binarizadas e individualizadas). Ainda, dá-se importância às especificidades e particularidades do contexto local e histórico onde ocorrem as práticas sociais, apreendendo-se “as intersecções entre as estruturas sociais, os grupos sociais, a cultura, a história e as relações que as pessoas constroem e passam a ser construídas por elas” (Guareschi & Bruschi, 2003, p. 32).

Desse modo, a discussão aqui abrangerá temas como formação de discursos, desejo, (in)visibilidades, poder e lesbofobia situando-se no interior dos estudos de gênero e sexualidades, propondo o uso de gênero como categoria analítica (Scott, 1986/2003). Scott (1986/2003, p. 289) reflete sobre as utilizações que foram feitas em cima do conceito de “gênero”, entendendo que ele:

---

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista, autora de A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade (Toledo, L. G.; Teixeira Filho, F. S.; Godinho, P. H. In Toledo, L. G. (2007). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (pp. 301-319). Rio de Janeiro: Garamond.) e Mãe-sogra: sua representação do relacionamento lésbico. (Toledo, L. G. (2007). *Revista Ártemis*, v.6, 85-96).

. . . tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Assim, o conceito de gênero refere-se às vertentes pós-estruturalistas e engloba, de acordo com Meyer (2005, p. 16), “todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com processos que diferenciam homens e mulheres, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como dotados de sexo, gênero e sexualidade”. Assim, não referencia o corpo como uma entidade biológica universal onde se originam as desigualdades, mas privilegia a análise dos processos de produção dessas distinções em uma sociedade atravessada por pressupostos de masculinidade e feminilidade, entendendo-os como atributos de homens e mulheres respectivamente. Louro (1997, p. 76) ainda alerta que:

Se pretendemos ultrapassar as questões e as caracterizações dicotomizadas, precisamos reconhecer que muitas das observações – do senso comum ou provenientes de estudos e pesquisas – se baseiam em concepções ou em teorias que supõem dois universos opostos: o masculino e o feminino. Também aqui é evidente que a matriz que rege essa dicotomia é, sob o ponto de vista da sexualidade, restritamente heterossexual.

Foucault (1988), fugindo de um entendimento essencializante e biologizante, coloca que o sexo e a sexualidade são construções históricas. Ele aponta que foi na passagem do século XVIII para o século XIX que a sexualidade passou a ser objeto de estudo da ciência, do controle administrativo e preocupação social – de uma sexualidade relativamente livre, esta passou a ser controlada e vigiada, tanto em um auto-exame pessoal quanto coletivamente. Os médicos, reformadores e cientistas sociais tinham a sexualidade como chave para compreensão da saúde ou doença dos sujeitos e suas identidades, passando a intervir na vida da população. “A tese de Foucault é que a sexualidade foi inventada como um instrumento-efeito na expansão do biopoder”. (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 185).

Biopoder é o crescente ordenamento em todas as esferas sob o pretexto de desenvolver o bem-estar dos indivíduos e das populações. Para o genealogista, esta ordem se revela como sendo uma estratégia, sem ninguém a dirigi-la, e todos cada vez mais emaranhados nela, que tem como única finalidade o aumento da ordem e do próprio poder. (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. XXII)

De acordo com Foucault (1988, p. 57), diferente das sociedades que adotaram uma *ars erótica*, na qual a verdade sobre o sexo é “extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência [...] nossa civilização [...] é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*”; desde a Idade Média, a partir das exaustivas confissões, da colocação do sexo em discursos, dos registros do dito e ouvido; à Idade Moderna, na ordenação, classificação, normalização e criação das verdades sobre as sexualidades humanas.

Com o intuito de colocar “em funcionamento uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes” (Foucault, 1988, p. 70), “por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo” (Foucault, 1988, p. 26). Em se tratando das lesbianidades (mulheres com relações/práticas homoeróticas), dois conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber e poder a respeito do sexo, que são importantes de serem pensados: a *histerização do corpo da mulher*,

processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado “como integralmente saturado de sexualidade” (Foucault, 1988, p. 99); e a *psiquiatrização do prazer perverso*, no qual as chamadas anomalias de base biológica e psíquica podiam afetar um corpo quando “atribuiu-se-lhe um papel de patologização e normalização de conduta” (Foucault, 1988, p. 100), que poderiam ser curadas, dentre elas, as práticas homoeróticas. Esse poder exercido pela inventividade e produção de métodos e procedimentos de controle sobre os corpos surgiu, a partir do início do século XIX, com o aparecimento das tecnologias médicas de sexo.

A finalidade disso não foi propriamente a de reprimir as sexualidades. Isso foi, ao contrário, o efeito de uma prática muito mais poderosa, pois invisível. Tratou-se, com todos esses discursos, de instaurar modos hegemônicos de sexuação, de prazeres, de condutas sexuais, na tentativa de “normalizar” algumas expressões sexuais em detrimento de outras. É nesse período, portanto, que o ato sexual entre pessoas ganha a configuração de uma interioridade do sujeito, conferindo a esse uma identidade, respectivamente, homossexual ou heterossexual, e, bissexual (no caso da prática sexual ocorrer com pessoas de ambos os sexos biológicos). Conforme Weeks (2000, p. 65):

Embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distinta e uma identidade a ela associada.

Essa estratégia do poder produziu saberes sobre as sexualidades que irão ser utilizados como dispositivo do *biopoder*. Ou seja, em nossa sociedade, o prazer está subordinado à utilidade, à moralidade e à verdade científica, que busca a chave para a saúde ou doença individual e o bem-estar social. A criação dessas categorias sexuais instituiu, assim, uma “norma ao redor da qual as pessoas assim definidas eram constrangidas, até bem recentemente, a viver suas vidas” (Katz, 1996, p. 68). Assim, o objetivo era produzir uma explosão discursiva sobre o sexo a fim de organizá-lo cientificamente, e essa organização era a ordem heterossexual.

No Brasil, as pesquisas tendo como objeto específico mulheres lésbicas ou com práticas homoeróticas são poucas e, em específico, foi a partir de 1980 que “emergiram os primeiros estudos sobre aspectos do desenvolvimento da homossexualidade tendo por referência a mulher como sujeito psicologicamente saudável” (Barbosa & Facchini, 2005, p. 18), tendo muitos deles despontado apenas nos últimos anos em decorrência do crescimento dos movimentos sociais.

É possível perceber um manto de invisibilidade sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres no decorrer da história, traduzindo-se atualmente no Brasil em pouco conhecimento das suas formas de existência, suas especificidades e diversidades.

As relações entre mulheres teriam sido silenciadas ou narradas a partir de categorias pré-estabelecidas, fundando e/ou reafirmando discursos totalizantes que norteiam as possibilidades interpretativas do mundo, [...] ou contribuindo para as permanências de poderes e hierarquias. (Selem, 2007, s.p.)

Em um contexto viriarcal onde está prevista a dominação masculina, são criados procedimentos de exclusão visando à manutenção desses poderes e dessa ordem androcêntrica. Fraser (2002, p. 64-65) conceitua o androcentrismo como “[...] um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a

masculinidade, assim como desvaloriza tudo que seja codificado como ‘feminino’, paradigmaticamente – mas não somente – mulheres”. Entendendo, em acordo com Foucault (1988), que o poder não está centralizado em um único local, nem em um único “tipo” de sujeitos, podemos considerar que a situação estratégica de ação do *biopoder* sobre as lesbianidades age pelo sexismo, portanto, pelo machismo, e em atinência e se apoiando no casal heterossexual monogâmico e nas relações permitidas. Tal como afirma Foucault (1988, p. 89):

A condição da possibilidade do poder, em todo caso, [...] não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido à desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis.

Portanto, não se pode dizer que o poder que constitui os procedimentos de exclusão sobre as lesbianidades é originado no homem heterossexual, branco e viril, mas sim produz privilégios a este. A rigidez nos papéis e expressões de gênero, o machismo e a heteronormatividade são as estratégias do biopoder sem estrategistas definidos, visando à manutenção de uma ordem da sexualidade humana. São essas estratégias de manutenção da ordem heterossexista que funcionam na produção da lesbofobia, é no interstício, no espaço de onde os sujeitos envolvidos emergem, no qual acontece o jogo de forças e as relações de dominação. Essas relações de dominação, em cada momento histórico, se fixam num ritual de poder.

As regras e obrigações que surgem destes rituais estão inseridas na lei civil, nos códigos morais, nas leis universais da humanidade, que tentam prevenir o homem contra a violência supostamente existente na ausência das coerções impostas pela civilização. Porém, o genealogista os considera como expressões nobres que são os próprios meios pelos quais a dominação avança. (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 123)

Assim, os(as) desviantes da norma, em uma ampla e descentralizada rede de poderes, são inseridos na categoria de inferiores, sendo sobre eles(as) atribuídos regimes de verdade, como uma ferramenta de ação do *biopoder*, que tendem mostrar a superioridade de uns perante outros. Parker e Aggleton (2001, p. 11-13) exemplificam a formação desses regimes de verdade falando de um tipo de exclusão, que é a produção de estigmas sobre um sujeito ou grupo de sujeitos, denominando essa produção de processos de estigmatização:

Estes processos só podem ser entendidos em relação a noções mais amplas de *poder e dominação*. Na nossa visão, o estigma desempenha um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. [...] [Foucault] explicou como a produção social da diferença [...] está ligada aos regimes estabelecidos de conhecimento e poder. O assim chamado excêntrico é necessário para a definição do natural, o anormal é necessário para a definição da normalidade, e assim por diante [ou seja,] enfatizou mais claramente a produção cultural da diferença [do estigma] a serviço do poder [...] e, portanto, para o estabelecimento e manutenção da ordem social.

Foucault (2003), em *A Ordem do Discurso*, vai falar sobre três procedimentos de exclusão (procedimentos de controle e delimitação do discurso) que funcionam em nossas sociedades: a interdição, a segregação e a vontade de verdade, sendo que o último deles é o que remonta aos dois primeiros, para, ao mesmo tempo, modificá-los e

fundamentá-los. A vontade de dizer o discurso verdadeiro coloca em jogo o desejo e o poder e, de acordo com Foucault, apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Foucault (2003, p. 17) pontua:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela também é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído [como, atualmente, através da mídia e do marketing].

De acordo com o autor, essa vontade de verdade é a de que menos se fala, mascarada pelo que é entendido como a própria verdade. A vontade de verdade é “uma prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto a ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade [...]” (Foucault, 2003, p. 20). Ainda, Foucault (2003) também fala de outros procedimentos internos de exclusão, sendo o discurso ele mesmo: princípios de classificação, ordenação, distribuição, que compõem os textos religiosos, jurídicos, literários, e científicos. São esses discursos, que tem papel positivo e multiplicador, mas de função restritiva e coercitiva, as:

. . .narrativas que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza [...] os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que o pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que indefinidamente, para além da sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e ainda estão pode dizer. (Foucault, 2003, p. 23)

A filósofa e teórica *queer* Judith Butler, baseada em Foucault e Althusser em relação às suas concepções sobre os ‘atos de fala’ de Austin, deixa entrever que a repetição exaustiva de discursos reguladores e referências (pré-existentes ao sujeito) dizem-lhe o que ele é ou deixa de ser. Nesse caso, portanto, há uma aproximação com a primeira teoria lacaniana sobre o inconsciente estruturado “como linguagem”, na qual o sujeito, independentemente de seu sexo, de seu desejo, de suas emoções, de suas fantasias, é convocado a habitar a linguagem, a regular seu corpo, seus comportamentos, a uma ordem discursiva que lhe preconiza um *script*, um destino (sexual, por exemplo). Desse modo, uma identidade sexual precede a própria emergência do corpo (masculino ou não). Mas essa precedência, para Butler (1993), não é suficiente por si só, pois é justamente a partir da *repetibilidade* desse ato performático dos atos discursivos que se forma a identidade. Não se escolhe essa ou aquela identidade (como se escolhe uma roupa, por exemplo), mas antes, nós é que somos convocados pelas normas discursivas a habitar essa ou aquela identidade (Friedman, 2002, p. 7). Ou seja, as pessoas fazem performances de gênero, mas elas não têm claro todas as opções que estão à escolha delas, não é um ato voluntário, elas estão submetidas a todas as linhas, discursos e estruturas de poder.

Tal como apontam Rabinow e Dreyfus (1995), em seu trabalho sobre Michel Foucault, para o bom funcionamento do biopoder, é preciso tratar os seres humanos como objetos a serem moldados, ignorando, minimizando e silenciando

progressivamente sua dimensão significativa por meio de técnicas e táticas. Ainda, “a padronização da operação, da eficácia e a redução de significação necessitam uma aplicação constante e regular. [...] todas as dimensões de espaço, tempo e movimento devem ser codificadas e exercidas incessantemente” (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 170). Essa padronização codificada e exercida são efeitos, produzidos ou gerados pela repetibilidade dos discursos e dos atos performáticos que cunham as idéias de identidades ou verdades sobre as existências dos sujeitos.

É a circunscrição de discursos em quadros de referência que se configuram em práticas discursivas a respeito das lesbianidades, que, em sua repetibilidade, situam os sujeitos em territórios específicos, geralmente depreciativos, pois inscritos em um contexto machista e heteronormativo.

Assim, os atos performáticos e discursivos instauram normas, enquadrando formas específicas de existência aceitas dentro do sistema hegemônico da heterossexualidade. Esse sistema não leva em conta a economia legítima dos prazeres das relações afetivo-sexuais entre mulheres e suas variadas formas de existência. Dessa forma, por exemplo, faz-se crer: que mulheres lésbicas, no que tange ao ato sexual, são insatisfeitas porque não fazem ‘sexo de verdade’, já que entre elas falta-lhes o pênis; que lésbicas precisam *ser* masculinas para que sejam críveis como lésbicas “verdadeiras”; que lésbicas estejam disponíveis aos homens na pornografia e na publicidade; que lésbicas possam se relacionar entre si desde que reproduzam o padrão heterossexual de masculinidade/feminilidade e atividade/passividade; que lésbicas deixarão de sê-lo quando encontrarem um homem que as satisfaça sexual e afetivamente, especialmente se forem femininas, o que faz delas “lésbicas duvidosas” (Toledo, 2008). Essas são as mulheres que vivenciam as lesbianidades representáveis e inteligíveis dentro da cultura machista e heteronormativa, do contrário, aquelas que se colocarem fora desse sistema, são entendidas como monstruosidades ou como abjetas.

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (Butler, 2000, p. 155)

São essas estruturas de poder que fazem, então, a lesbianidade tão invisibilizada. A “alternativa do lesbianismo como existência possível de relacionamento sem a referência incontornável ao masculino é apagada, execrada, punida, excluída e estigmatizada” (Navarro-Swain, 2004, s.p.).

Isso se configura no que conhecemos hoje como lesbofobia, uma das formas de homofobia – assim como o são a *gayfobia* (direcionada a homossexuais masculinos), a *transfobia* (direcionada a transexuais) e a *travestifobia* (direcionada a travestis). A palavra lesbofobia pode abarcar então os procedimentos de exclusão – formados por discursos e regimes de verdade sobre as lesbianidades assim como pela conseqüente invisibilidade desses sujeitos e as relações que estabelecem relativas a essa forma de existência.

Entende-se por homofobia o medo, descrédito, aversão, ódio em direção aos *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ou àquelas pessoas que se presume serem porque não adotam, ou são suspeitas de não adotar, configurações sexuais ditas naturais ou normais. O termo foi usado pela primeira vez já na década de 60, mas, oficialmente, foi empregado por K. T. Smith em 1971 em seu artigo *Homophobia: a tentative*

*personality profile*<sup>2</sup> (Borrilo, 2001). Desde então, é empregado para significar formas específicas de violência contra as pessoas que assumem ou são suspeitas de assumir uma orientação sexual diferente da heterossexual e uma identidade de gênero e sexual diferente da norma “macho, então masculino, então homem” e “fêmea, então feminina, então mulher”. Ou seja, homofobia direcionada àqueles que não regulam suas relações e subjetividades às normas de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (Butler, 2003) hegemônicas centradas na heterossexualidade: homofobia por não conformidade ao gênero.

Contudo, as subcategorias na homofobia se fazem necessárias esclarecer para que possamos especificar discriminações e violências direcionadas a cada uma dessas formas específicas de vivências da sexualidade. Ou seja, na lesbofobia, existem formas de violência específicas (e que adquirem significados também específicos para as mulheres que vivenciam as lesbianidades), diferentes daquelas sofridas por gays, travestis, transexuais, transgêneros e bissexuais.

Um ponto reificador da lesbofobia é a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, e entre mulheres hetero e aquelas que vivenciam as lesbianidades. Assim, como vimos, dentro de uma cultura sexista, acredita-se na “pseudo natureza superior dos homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 460) em relação às mulheres, elaboração construída a partir do paradigma naturalista das ciências biológicas, que impõe, portanto, uma desigualdade entre estes, e, por conseguinte, uma dominação deles sobre elas; e uma “visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres” (Welzer-Lang, 2001, p. 460). Mesmo que uma mulher não se relacione afetivo-sexualmente com homens, ela ainda participa e se constrói dentro desse sistema de dominação, como assinalam Perrin e Chetcuti (2002, s.p.):

De fato, se elas [lésbicas] não mantêm relações privadas com os homens (por meio do casamento ou do concubinato), elas continuam, entretanto, remuneradas como mulheres no mercado de trabalho, podem ser o alvo da violência masculina, sob a forma de assédio ou de estupro (real ou sob a forma de ameaça), e geralmente são reconduzidas à sua posição sexuada em suas interações com o sistema heterossexual.

Como esclarecem Parker e Aggleton (2001, p. 28),

Porque são excluídas das estruturas de poder e dos processos decisórios existentes, as mulheres se vêem freqüentemente sem oportunidade de participar na comunidade de igual para igual, e estão sujeitas com freqüência a leis, normas e práticas punitivas que exercem controle sobre seus corpos, suas relações sexuais e seu potencial reprodutivo.

Viñuales (2002, p. 112) afirma que o “preconceito sobre a lesbianidade mascara uma profunda misoginia, já que nega [às mulheres] a possibilidade de experimentar a sexualidade, a feminilidade, em suma, de celebrar a vida senão ao lado e abaixo do olhar tutelar de um homem”. Temos então a opressão de gênero extremamente determinante pela especificação da lesbofobia das outras formas de violência, porém, não podemos deixar de levar em conta a opressão homofóbica mais geral, o que as diferencia das mulheres heterossexuais ditas “normais”. Tal como afirma Rubin (1989, p. 184-185):

---

<sup>2</sup> Smith, K. (1971), Homophobia: a tentative personality profile. *Psychological report*, 29.

. . . a ideologia feminista lésbica analisou a opressão das lésbicas principalmente em termos de opressão das mulheres. Contudo, as lésbicas também são oprimidas enquanto homossexuais e pervertidas, em decorrência da estratificação sexual, e não de gênero. Embora seja doloroso para muitas lésbicas pensar sobre isso, a verdade é que elas partilham muitos traços sociológicos e sofreram muitas das punições sociais impostas aos homens gays, sadomasoquistas, travestis e prostitutas. (tradução livre)

A lesbofobia seria então uma forma de homofobia permeada por um misto de machismo, misoginia e heteronormatividade. Assim, dentro desse sistema de poder, como existe uma percepção sexualizada dos sujeitos que influencia na produção de desigualdades sociais e de hierarquias sexuais, as mulheres que vivenciam as lesbianidades participam de duas categorias consideradas inferiores. Primeiro, pelo gênero (sentir-se como e ser vista como mulher); segundo, por sua orientação homossexual do desejo sexual (relacionar-se afetivo-sexualmente com o mesmo sexo). Assim, enquanto mulheres e homossexuais, existem vulnerabilidades e violências específicas sofridas por elas em seu cotidiano, estimulados pela intersecção de valores culturais normativos, poder e diferença percebida.

Porém, a partir dos *estudos culturais*<sup>3</sup>, entendendo a subjetividade como uma construção sócio-histórica e cultural que opera tanto no coletivo quanto no individual, Goellner (2003, p. 39) lembra que “nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam”. Assim, diante dessas marginalizações, pode-se pensar na produção de um potencial reivindicatório de existência e liberdade de vivência das sexualidades nos sujeitos vítimas dessa marginalização. As pessoas não são apenas receptáculos passivos dos valores culturais. Ocorre uma negociação, onde há um poder opressivo normativo de controle social e um contra-poder, que são as oposições e resistências ao *biopoder*.

Portanto, cada pessoa reage ao biopoder ora aceitando-o como “verdade”, recusando-os, opondo-se, negociando e/ou pactuando com ele. A cultura, campo de produção dos procedimentos de exclusão, é um campo político, como o é também a subjetividade, o corpo e o modo como vivenciamos nossas experiências afetivo-sexuais.

Assim, uma análise da relação entre o biopoder e as lesbianidades com uma visão genealógica tem um cunho feminista, na medida em que, tal como apontam Narvaz e Nardi (2007, p. 50), busca denunciar que “a experiência masculina tem sido privilegiada, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada, assinalando as desigualdades entre homens e mulheres e desvelando as formas de opressão patriarcal e seus mecanismos de ocultamento”.

A genealogia busca diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir do seu próprio interior, diferentemente do que buscam as ciências interpretativas. Essa última procura uma verdade profunda sobre os indivíduos, um deciframento do eu, uma verdade oculta que deve ser conhecida pelo especialista, tendo como objetivo colocar essa verdade (sobre nossas psiques, nossa cultura, nossa sociedade) em discurso – é a prática de uma hermenêutica da dúvida. Como Foucault e Nietzsche apontaram, procurar um significado profundo ou uma verdade sob uma aparência pode ser ilusório. “A hermenêutica da dúvida traz corretamente a

---

<sup>3</sup> Como aponta Silvana V. Goellner (2003, p. 30), “Os estudos culturais têm sua origem a partir da fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, Inglaterra, na década de 60”. Tais estudos contemplam as perspectivas de gênero iniciadas pelo movimento feminista e homossexual na década de 1970, bem como a perspectiva pós-estruturalista pautada na produção de autores como Michel Foucault e Jacques Derrida.

desconfortável suspeita de que nunca duvidou suficientemente” (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 199).

Acreditando que a verdade alcança uma libertação do poder, as ciências interpretativas “parecem fadadas a corroborar as estratégias de poder. Estas ciências afirmam uma externalidade privilegiada, mas, na verdade, participam do desdobramento do poder” (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 199). Rabinow e Dreyfus (1995) pontuam que uma hermenêutica que tentasse penetrar e explicar o ponto de vista de determinado acontecimento/situação, estaria, do mesmo modo, impregnada pelo biopoder:

De acordo com a análise de Foucault, as práticas fundamentais não podem ser compreendidas através da hermenêutica em termos de seu significado subjetivo. Assim como os objetos das ciências sociais são produtos da ordenação progressiva de coisas em nome do bem-estar (que Foucault chama de biopoder), os significados intersubjetivos comuns, que Taylor<sup>4</sup> toma como base para suas análises, são, eles mesmos, produtos de antigas tendências subjetivas em nossa cultura. (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 182)

Portanto, de acordo com Foucault, que “compreende e tematiza o fato de que ele mesmo, como qualquer outro investigador, está envolvido nas práticas sociais que analisa e é, em parte, por elas produzido” (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 115), o uso do método hermenêutico no que tange à análise das sexualidades, e, neste caso, das lesbianidades, deve ser feito estando ciente do emaranhamento com as linhas de poder que os discursos e o próprio pesquisador estão inseridos, como a heteronormatividade, o machismo e a misoginia.

Foucault (1981/2004, p. 94) diz que é possível fazer a genealogia do sujeito a partir da seguinte abordagem: “o estudo das instituições que fizeram, de certos sujeitos, objetos de saber e de dominação [...]”. Para tal, é preciso estudar as técnicas de dominação – “que permitem determinar a conduta dos indivíduos, impor certas finalidades” –, e as técnicas de si – que permite aos indivíduos realizar, por eles mesmos, um certo número de operações em seu corpo, em seus pensamentos, em suas condutas, de modo a produzir neles uma transformação, uma modificação, e a atingir um certo estado de perfeição e felicidade (Foucault, 1983/2004, p. 95). Sabemos com Almeida (2006, p. 23) que:

As sociedades mudam – e com elas os significados culturais –, mas não mudam tão depressa quanto os subalternizados desejam. As sociedades reproduzem-se e perpetuam-se – e com elas os significados culturais – mas não se repetem simplesmente, como os beneficiários das hegemonias desejariam. E neste jogo entre mudança e continuidade relativas, os materiais simbólicos vão sendo re-trabalhados.

Assim, o interesse em olhar geneologicamente sobre as lesbianidades e o biopoder está em como os discursos e os processos de subjetivação inseridos no campo social (as técnicas de dominação e as técnicas de si) emergem, juntos, num espaço estabelecido não por indivíduos, mas por práticas sociais. Pode-se então problematizar as verdades imutáveis derrubando os dogmas do sistema rígidos de gêneros, da heteronormatividade e do machismo, e, partir disso, localizar as estratégias de dominação e de contra-poder. Assim como Foucault, o genealogista, buscar “em vez de origens, significados escondidos ou intencionalidade explícita, [ver] relações de força, funcionando em

---

<sup>4</sup> Taylor, C. (1973). Interpretation and the sciences of man. In Rabinow, P. & Sullivan, W. (Eds.). Interpretative social sciences. Berkeley, University of Chicago Press. [nota do autor].

acontecimentos particulares, movimentos históricos e história”. (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 121).

De acordo com Foucault (2003), a tarefa genealógica nunca está inteiramente separada de uma tarefa crítica. Enquanto a parte crítica da análise põe em questão as instâncias de controle analisando as regularidades discursivas por meio das quais se formam, ou seja, “liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso” (Foucault, 2003, p. 69), a parte genealógica:

. . .se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí não entendo um poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. (Foucault, 2003, p. 69-70)

Portanto,

. . .toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. Entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação. (Foucault, 2003, p. 67).

Ainda, para um olhar sobre as lesbianidades, junto ao método genealógico de Foucault, é imprescindível o uso de atuais obras de teóricas e teóricos dos estudos de gênero e feministas, devido à existência de fortes convergências entre esses trabalhos e a obra de Foucault, tal como pontuam Narvaz e Nardi (2007, p. 47):

1) ambos identificam o corpo como o local de poder, como o locus de dominação através do qual a docilidade é executada e a subjetividade constituída; 2) ambos apontam para as relações locais do poder ao invés de concebê-lo apenas como o poder vertical do Estado ou do capital; 3) ambos enfatizam o papel crucial do discurso e sua capacidade de produzir e sustentar as formas de dominação e enfatizam os desafios e as possibilidades de resistência dos discursos marginalizados; 4) ambos criticam o humanismo Ocidental que tem privilegiado a experiência da elite masculina em seus universais de verdade, liberdade e natureza humana.

Um olhar genealógico sobre as lesbianidades possibilitaria compreender a articulação entre a lesbofobia, o desejo e a (in)visibilidade na vivência das lesbianidades, opondo-se a tratar as formas hegemônicas dos códigos morais como verdades inquestionáveis que deveriam ser seguidas pelos indivíduos, permitindo vislumbrar como as pessoas podem engajar-se em contra-poderes que vão contra a homogeneização, em reação ao *biopoder*.

Isso nos faz ver que, por meio de reflexões éticas e do cuidado de si, as práticas de liberdade de vivências das sexualidades se tornam mais viáveis, práticas essas que foram reguladas e negadas pela moral hegemônica instituída, porém, que podem ser compreendidas como formas legítimas de existência que estão *na diferença* apenas pela existência de uma normatização fundada em relações de poder e dominação, mas que não devem ser entendidas como na desigualdade.

Toledo, L. G. (2008). Lesbianities and biopower: a genealogical view. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), 176-188.

**Abstract:** *Placed in the gender and sexuality studies, this article proposes a genealogical view on structures of power that articulate lesbophobia, desire and (in)visibility in lesbians' experiences. Understanding the exclusion procedures as built with base in the viriarcial and heterosexual system, we learned that lesbianity is only accepted when it is made invisible or when it comes compatible with the rules that sustain biopower. Being opposed to treat the hegemonic forms of moral codes as unquestionable truths that should be followed, a genealogical view on the lesbianities would allow to glimpse how people that have their existences in the difference can be engaged counter powers that go against homogenization, in reaction to the biopower.*

**Key-words:** *Lesbian. Gender. Lesbophobia. Invisibility. Genealogy.*

### Referências

- Almeida, M. V. de (2006, dez). O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre “gentes remotas e estranhas” numa “sociedade decente”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 17-31.
- Barbosa, R. M. & Facchini, R. (2006). *Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde.
- Borrilo, D. (2001). *Homofobia*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of ‘sex’*. London: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. [Trad. Renato Aguiar]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. [Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque]. (16ª. Ed). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2003). *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. [Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio]. (9ª. Ed.). São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2004). Sexualidade e solidão. In Motta, Manoel Barros da. *Michel Foucault: ética, sexualidade, política* (pp. 92-103). (Coleção Ditos & Escritos). [Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa]. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1981).
- Foucault, M. (2004). O uso dos prazeres e as técnicas de si. In Motta, M. B. da. *Michel Foucault: ética, sexualidade, política* (pp. 193-224). (Coleção Ditos & Escritos). [Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa]. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1983).

- Fraser, N. (2004). Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. Tradução Heloísa Eugênia Villela Xavier. In Bruschini, C. & Unbehaum, S. G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/34, 59-78.
- Friedman, S. S. (2008). O “falar da fronteira”, o hibridismo e a performatividade. Teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. *Eurozine (Revista Clínica de Ciências Sociais)*, 1-17. Disponível em: <<http://eurozine.com/pdf/2002-06-10-friedman-pt.pdf>> . Acesso em: 15 abr, 2008.
- Guareschi, N. M. de F. & Bruschi, M. E. (Orgs.) (2003). *Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goellner, S. V. (2003). A produção cultural do corpo. In Louro, G. L.; Neckel, J. F. & Goellner, S. V. (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (pp. 28-40). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Katz, J. N. (Ed.). (1996). *A invenção da homossexualidade*. [Trad. Clara Fernandes]. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes. (Coleção Educação Pós-Crítica).
- Meyer, D. E. (2005). Gênero e educação: teoria e política. In: \_\_\_\_\_; Neckel, J. F. & Goellner, S. V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (pp. 09-27). (2ª. Ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Narvaz, M. & Nardi, H. C. (2007, mar). Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, p. 45-70, v. VI, n.1, Fortaleza.
- Navarro-Swain, T. (2004, ago/dez). O normal e o “abjeto”: a homossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys, estudos feministas*, n. 6. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/lesb/anahita.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2008.
- Parker, R. & Aggleton, P. (2001). Estigma, discriminação e AIDS. *Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - Cidadania e Direitos*, 1, Rio de Janeiro.
- Perrin, C. & Chetcuti, N. (2002, jul/dez). Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. [Trad. Liliane Machado e Tânia Navarro Swain]. *Labrys, estudos feministas*, 1-2. Disponível em: <[http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/natacha1.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/natacha1.html)>. Acesso em: 19 set. 2007.
- Rabinow, P. & Dreyfus, H. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. [Trad. Vera Porto Carrero]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Rubin, G. S. (1975/2003). El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. Tradução Stella Mastrangelo. In: Lamas, M. (Comp.). *El género: La construcción cultural de la diferencia sexual* (pp. 35-96). (3. Ed.) México: Miguel Ángel Porrúa, Programa Universitario de Estudios de Género – UNAM.

- Rubin, G. S. (1989). Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VENCE, Carole S. (Comp.). Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina (pp. 113-190). Madrid: Talasa Ediciones.
- Scott, J. W. (1986/2003). El género: una categoría útil para el análisis histórico. Tradução de Eugenio e Marte Portela. In: Lamas, M. (Comp.). El género: La construcción cultural de la diferencia sexual (pp. 265-302). (3. Ed.) México: Miguel Ángel Porrúa, Programa Universitario de Estudios de Género – UNAM.
- Selem, M. C. O. (2007, jul/dez). A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político *lésbicas*. *Labrys, estudos feministas*.
- Toledo, L. G. (2008). *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.
- Viñuales, O. (2002). *Lesbofobia*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. In LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (2a. Ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 35-82.
- Welzer-Lang, D. (2001). The construction of the masculine: women's domination and homophobia. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2.